



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CRISONEIDE BATISTA PEDROSA
ELTERCLEY SANTOS DA SILVA
SIMÔNIA LIMA CHAGAS

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMILIAS DO BAIRRO MALVINAS

LARANJAL DO JARI – AP
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CRISONEIDE BATISTA PEDROSA
ELTERCLEY SANTOS DA SILVA
SIMÔNIA LIMA CHAGAS

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO MALVINAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Federal do Amapá, sob orientação
do Prof. Emanuel Leal de Lima.

LARANJAL DO JARI – AP
2014

CRISONEIDE BATISTA PEDROSA
ELTERCLEY SANTOS DA SILVA
SIMÔNIA LIMA CHAGAS

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMILIAS DO BAIRRO MALVINAS

Data da aprovação: ___/___/___

BANCA AVALIADORA:

Emmanuel Leal de Lima.

Orientador

Professor

Professor

Macapá-AP, 28 de novembro de 2014.

Dedicamos este trabalho especialmente a Deus por todas as graças que nos tem proporcionado ao longo de nossas vidas, e a todos que fazem parte do nosso cotidiano, como nossos pais e familiares que com sua compreensão e carinho sempre nos motivaram, assim como aos nossos amigos pelo compartilhar de experiências e apoio.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação do curso de Ciências Sociais pelo apoio e acompanhamento ao longo de nossa trajetória no curso;

Ao professor Emanuel Lima pela sua dedicação e paciência;

Aos colegas de curso pela amizade e companheirismo;

A todos que direta e indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO MALVINAS

Crisoneide Batista Pedrosa¹

Eltercley Santos da Silva²

Simônia Lima Chagas³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico das famílias do bairro das Malvinas na cidade de Laranjal do Jari, a partir de uma análise com categorias e conceitos de Morgan sobre família, passando por um breve histórico sobre a estruturação das famílias no bairro das Malvinas, de como se estruturaram e de como foi a ocupação da região pelos grandes projetos e quais as consequências que essa ocupação trouxe para as famílias. A metodologia utilizada constou de uma pesquisa de campo, através de uma coleta de dados domiciliar, onde foram aplicados questionários fechados entre os membros residentes nos domicílios pesquisados, selecionados de forma aleatória. Os resultados da pesquisa demonstram as dificuldades socioeconômicas em que vivem as famílias, sem saneamento básico, serviços de água e esgoto adequados, sem escolas, posto de atendimento médico, o que agrava mais ainda as condições de pobreza e miséria em que vivem. Estes fatores evidenciam e mostram os bolsões de miséria que se formam no entorno dos grandes projetos na Amazônia, trazendo consequências para as famílias ali residentes, havendo a necessidade de investimentos e efetivação de políticas públicas em saneamento básico que realmente possibilitem a garantia e permanência de acesso dessas famílias no local com saneamento e serviços públicos de qualidade: educação, saúde e segurança.

Palavras-chave: Família. Perfil socioeconômico. Saneamento básico. Serviços públicos.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá-Campus de Laranjal do Jari.

² Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá-Campus de Laranjal do Jari.

³ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá-Campus de Laranjal do Jari.

Abstract: This article aims to analyze the socioeconomic profile of families of the Falklands neighborhood in the city of the Jari Orangery, from an analysis of categories and concepts about Morgan family, through a brief history of the structure of families in the neighborhood Falklands, how they were structured and how was the occupation of the region by major projects and what consequences this occupation has brought to families. The methodology consisted of a survey of the field, through a collection of household data, which closed questionnaires among members residing in the households surveyed were selected randomly applied. The survey results demonstrate the socioeconomic difficulties that families live without sanitation, safe drinking water and adequate sewage without schools, outpatient clinic, which further exacerbates the conditions of poverty and misery in which they live. These factors show evidence of pockets of poverty that are formed in the vicinity of large projects in the Amazon, bringing consequences for the families living there, with the need for investment and execution of public policies on sanitation that actually enable the security and permanence of these access families with on-site sanitation quality and quality public services in education, health and safety.

Key words: Family. Socioeconomic profile. Sanitation. Public services.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar como se configura o perfil socioeconômico das famílias do bairro Malvinas na cidade de Laranjal do Jari. Para tanto a metodologia utilizada foi de uma pesquisa bibliográfica para uma necessária revisão de literatura sobre a categoria família assim como alguns conceitos utilizados em sociologia do desenvolvimento que medem os índices de desenvolvimento e subdesenvolvimento de uma determinada comunidade, cidade ou nação. Para a coleta de dados no bairro das Malvinas, fizemos uma pesquisa domiciliar, sendo que do universo existente optamos por fazer o estudo através de uma amostra aleatória, com a aplicação de questionários fechados, com perguntas que envolviam categorias que nos permitiram analisar e traçar o perfil das famílias ali residentes. As perguntas norteadoras deste trabalho foram: qual perfil socioeconômico das famílias das Malvinas? Como essas famílias se formaram e se

estruturaram nesse local? O projeto Jari influenciou de alguma forma essa formação e estruturação dessas famílias?

Para a realização desse estudo, tornou-se necessário uma análise do Vale do Jari, que reúne os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari no Amapá e os Distritos de Monte Dourado, Munguba, Planalto, São Miguel, pertencentes ao município de Almeirim no Estado do Pará. Isso se dá em virtude da interdependência dos três municípios nas dimensões econômica, política, social, cultural, ambiental e físico-territorial fruto da origem da região.

Em 1967 a região foi cenário para a montagem de um empreendimento voltado para a exploração agroflorestal, mineral e industrial, constituindo-se como um dos Mega Projetos da Amazônia, dando início ao Projeto Jari. A implantação gerou o problema da moradia dos empregados e como solução a Jari executou a construção de uma infraestrutura de cidade no lado paraense, no distrito de Monte Dourado, o que desencadeou o surgimento de milhares de empregos na construção civil, e a migração para a região de contingentes de diversos lugares do Brasil, predominantemente de nordestinos, na expectativa de trabalho.

Os que não conseguiam permanecer no emprego e que ansiavam por uma recolocação, passaram a residir no lado amapaense, na área alagada na margem esquerda do Rio Jari, sujeita ao fluxo e refluxo de enchente e maré e formou o que foi considerada a maior favela fluvial da América Latina. Deu início assim o Bairro Malvinas de onde se originou Laranjal do Jari, que cresceu desordenadamente, sem assegurar condições básicas de saneamento e infraestrutura.

As mudanças econômicas e sociais pelas quais o Brasil vem passando contribuem para as transformações do perfil da família brasileira. Hoje o perfil predominante nas famílias do Brasil é o nuclear, constituído por pai, mãe e filhos. Entretanto, não segue aqueles padrões antigos, com um número grandioso de integrantes. Na década de 60 o elevado número de membros da família se deu em virtude dos negócios, ou seja, quanto maior o número de componentes, mais próspera seria a família, pois, o trabalho na maioria das vezes era de origem rural, exercido de forma conjunta por pais e filhos.

Segundo Camargo (2010, apud Adam, 2010, p. 4) Famílias nucleares são famílias essencialmente urbanas que na maioria das vezes perderam contato com suas raízes e sobrevivem individualmente em outro contexto social.

Ainda de acordo com Camargo (2010, p. 4), o termo nuclear tem a função de explicar o que está acontecendo com as famílias no século XXI. Com suas pesquisas ficou esclarecido que o termo nuclear vem de Núcleo, e é a nova forma de organização da família que segue um modelo mundial, pois antes as famílias eram numerosas. Especialistas afirmam que o Brasil verdadeiramente está caminhando para ser o país do filho único, os avanços tecnológicos proporcionaram a restrição do número de filhos e maior longevidade, ocasionando resultados diretos no tamanho da família.

A história da organização familiar brasileira vem desde a época do Império, passando por momentos decisivos, estas transformações segundo Teruya (2000, apud NASCIMENTO, 2006 p. 6) tem início a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro. O primeiro levantamento estatístico oficial brasileiro, o censo do Império, foi realizado em 1872 num momento de transição, o país passava da ordem escravocrata para capitalista.

De acordo com os dados coletados, a população totalizava 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres. Constituíam-se de 66% de pessoas solteiras, 19% de pessoas casadas e 15% de viúvas. É importante destacar que a maioria dos escravos eram solteiros, o que indica que não havia interesse em instigar a formação de famílias através de uniões oficiais entre eles, mas isso não significa que não havia tais uniões.

Durante o longo período da escravidão, considerou-se que os escravos não tinham família, porque havia mais homens do que mulheres e, também pelo fato de serem escravizados, que não garantia a permanência de todos juntos, pois poderiam ser vendidos a qualquer ocasião, porém com a abolição da escravatura em 1888 houve grande oscilação de famílias que tentaram se reencontrar depois de separadas, sobretudo pela venda de alguns de seus componentes para outros senhores.

Segundo Neder (1994, apud NASCIMENTO, 2006, p. 6), com a Proclamação da República em 1889 surgiram novas concepções de família, pois esta introduziu no Brasil um conjunto de modernizações que envolveram o fim do trabalho escravo e a urbanização (com desdobramentos para o início da industrialização), como também o deslocamento para o eixo centro sul dos pólos de desenvolvimento econômico e de decisões políticas.

Teruya (2006, p. 11) ressalta que recentemente as famílias são constituídas por diversas estruturas; por exemplo, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias compostas por casais que já tiveram outras uniões com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; temos ainda famílias formadas por um casal e um animal de estimação e também se discute se podemos considerar família o solteiro adulto que vive sozinho.

Neder (1994, apud NASCIMENTO, 2006) considera que as mudanças ocorridas durante o final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX tiveram implicações diretas nas famílias brasileiras da segunda metade do século XX, principalmente na saída da mulher para o mercado de trabalho, na educação dos filhos, na impessoalidade nas relações sociais, no controle da natalidade e no enfraquecimento dos laços de parentesco.

Deste modo, dois fatores recentes propiciaram toda essa transformação na organização da família, o primeiro foi a legalização do divórcio, que no Brasil, virou lei em 1977 e o segundo foi o surgimento da pílula anticoncepcional, que garantiu aos homens e as mulheres, a alternativa de uma vida sexual desvinculada da paternidade/maternidade.

O Estudo sobre o Perfil socioeconômico das famílias do bairro Malvinas decorre de questões levantadas ao longo da formação acadêmica, de temas debatidos em sala de aula, da afinidade pelas questões socioeconômicas, além do conhecimento empírico dos integrantes da equipe a cerca da realidade do referido bairro.

Se nos dias atuais persistem conceitos pejorativos em relação ao referido bairro isso não se compara com os conceitos existentes anos atrás em que a prostituição e a violência, o abuso de drogas, dentre outras mazela imperavam de forma descontrolada e acentuada.

A pesquisa se propôs demonstrar qual o atual perfil socioeconômico das famílias do referido bairro, além do conhecimento do histórico do surgimento do seu município, as causas e o que colaboraram para o seu crescimento. Os frutos desta pesquisa podem incentivar a elaboração de políticas públicas municipais e estaduais que beneficiem as famílias que formam o bairro Malvinas.

A principal constatação feita foi a de que muitas das características presentes no bairro Malvinas ocorreu de forma semelhante ao processo de povoamento e

ocupação de outras comunidades em outras regiões da Amazônia que surgiram próximas a implantação de grandes projetos, com a desconstrução e reconstrução aos moldes do capital, de vastas regiões, atingindo o modo de viver dos sujeitos, incluindo as formas de sobrevivência e de organização familiar.

2 HISTÓRIA DA FAMÍLIA: DA ANTIGUIDADE A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

2.1 A FAMÍLIA

A família é normalmente o primeiro grupo social a que pertencemos e entre todas as instituições é aquela com a qual mantemos contatos mais íntimos. Grande parte da vida dos acontecimentos importantes em geral (nascimento, casamento, morte) o indivíduo vive na família. Pelas funções que desempenha é considerada instituição fundamental na sociedade. Não se trata apenas de um grupo biológico como também é regido por normas, costumes e sanções que regulamentam sua constituição, sobrevivência e dissolução.

Foi na Roma Antiga que a família se organizou enquanto instituição (Prado, 1991). O próprio tema Família originado do vocábulo latino “famulus”, revela a ideologia patriarcal e andocêntrica implícita em sua origem “famulus” quer dizer escravo doméstico, e família, o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem (Engels, 1884/1964, p. 91). Contudo, o termo “família” não se aplicava as famílias de homens livres na Roma Antiga, somente aos escravos. Com o tempo passou a significar um grupo social cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certos números de escravos, com direitos de vidas e de morte sobre todos eles.

Essa palavra família serve para designar um grupo social dotado de pelo menos três características: 1) tem origem no casamento; 2) consiste de marido, esposa e filhos nascidos dessa união, embora possamos admitir que outros parentes se integrem a esse núcleo essencial; 3) os membros estão ligados entre si por: a) vínculos legais, b) vínculos econômicos, religiosos... c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais. (LÉVI-STRAUSS, 1956).

Segundo Suavé (1999, p. 31), a família pode ser definida como o local onde a vida é transmitida e se desenvolve. O lugar onde cada um toma consciência de seu valor pessoal através de relações que os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, estabelecem entre si. Essas relações entre as pessoas permitem a cada um acreditar em seu próprio ritmo no respeito de si e do outro. De modo geral, quando se toma a família como unidade de análise, Bruschini (1989, apud NASCIMENTO, 2006, p. 4) ressalta que a definição de família se aproxima do conceito de família se aproxima do conceito de famílias nas ciências sociais: grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, de adoção ou de aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. Para Goldani (1984, apud NASCIMENTO, 2006, p. 4), foi a partir deste consenso, patente na literatura das ciências sociais, que surgiram múltiplas classificações, que vão desde as clássicas, família nuclear, extensa e composta, até as mais sofisticadas, onde se controlam as gerações presentes e os padrões de convivência.

2.2 A FAMÍLIA ANTIGA SEGUNDO MORGAN

A família passou por mudanças significativas com o passar dos séculos, segundo Morgan (1984), a família na sua origem era classificada como: família consanguínea, família punalua (correspondente ao estado selvagem); família sindiásmica (barbárie) e família monogâmica (civilização).

Estes modelos contribuem para um posterior entendimento sobre a família atual e as mudanças pelas quais o modelo que se tem hoje passou ao longo do tempo.

Segundo Engels (1984, p. 30), a família é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado.

É o que notamos com a chamada origem da família que evolui de uma forma rústica para outra mais civilizada. Com o passar dos anos, ou seja, em cada época a sociedade passa por mudanças em sua estrutura, o que antes era proibido agora não é, e assim sucessivamente. Tudo parece indicar que de uma forma ou de outra

a família sempre tenha existido, pois é um grupo universal, encontrado em todas as sociedades.

O estudo da história primitiva revela-nos um estado de coisas em que os homens praticavam a poligamia, e em que, por consequência, os filhos de uns e outros tinham que ser considerados comuns. E esse estado segundo Morgan, que passando por uma série de transformações, resultou na monogamia. Essas modificações são de tal ordem que o círculo compreendido na união conjugal comum, em que era amplo em sua origem, se estreita pouco a pouco até que, por fim abrange exclusivamente o casal isolado, em que predomina hoje. Morgan chega à conclusão de que existiu uma época primitiva que imperava no seio da tribo, o comércio sexual, de modo que cada mulher pertencia igualmente a todos os homens, mas não era considerada por ele promiscuidade, mas sim existia uma forma posterior o chamado matrimônio, que fazia parte da cultura, enquanto para Lévi-Strauss existia sim um estado social de promiscuidade, tanto no casamento consanguíneo, por causa do incesto e dos casamentos grupais, onde grupos inteiros eram casados entre si.

Morgan divide a família na sua origem como (1987, p. 37):

- Família Consanguínea, citada por ele como a primeira etapa da família. Nela os grupos conjugais classificam-se por gerações. Nessa mesma forma de família, os ascendentes e descendentes, os pais e filhos são os únicos que reciprocamente estão excluídos dos direitos e deveres (matrimônio). Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos entre si, irmãos e irmãs, e por isso mesmo maridos e mulheres uns dos outros. O vínculo de irmão e irmã pressupõe por si, nesse período, a relação carnal mútua, ou seja, tirando pai e mãe o restante da família podiam manter relações sexuais e até casarem entre si.

- Família Punaluana, Essa fase possui características diferentes da consanguínea, onde pessoas da mesma família (grupo) casavam entre si, pois não era permitido o casamento fora desse grupo (família). Na família punaluana não são os indivíduos, mas sim grupos inteiros que ficam casados uns com os outros, ou seja, classe com classe. Interessante ressaltar que nenhum membro desses respectivos grupos poderiam se relacionar com outro grupo, pois a lei moral que

destina um ao outro proibia sob pena de infâmia, todo intercurso sexual fora das classes conjugais que se pertenciam reciprocamente. Neste tipo de família estava proibido o casamento consanguíneo e era permitindo o casamento grupal entre duas famílias diferentes.

- Na Família Sindiásmica, já se formavam união por pares, de duração mais ou menos longa, o homem tinha uma mulher principal entre suas numerosas esposas, e era para ela o esposo principal entre todos os outros. Neste estagio um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser direito dos homens, ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres, enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério destas cruelmente castigado.

O vínculo conjugal, todavia, dissolve-se com facilidade por uma ou por outra parte e depois, como antes, os filhos pertencem exclusivamente à mãe. Enquanto nas formas anteriores de família os homens nunca passavam por dificuldades para encontrar mulheres, e tinham até mais que precisavam agora as mulheres escasseavam e era necessário procurá-las, por isso começam o matrimônio sindiásmico, o rapto e a compra de mulheres. Essa família aparece no limite entre o estado selvagem e a barbárie, na família sindiásmica o grupo havia ficado reduzido a sua unidade, à sua molécula biotômica: uma mulher e um homem. Na família monogâmica nasce da família sindiásmica, no período de transição entre a fase media e a fase superior da barbárie. Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível.

Engels (1984, p. 66) enfatiza a evolução da família, partindo da sua inclusão nas relações sociais e econômicas. Para ele a família monogâmica surgiu como resultado do processo de usufruto dos seres humanos à propriedade privada, uma vez que nessa organização a transmissão da herança estaria resguardada.

Baseia-se no predomínio do homem: sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível, e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos na qualidade de herdeiros diretos entrarão um dia na posse dos bens de seu pai. A família monogâmica diferencia-se do matrimônio sindiásmico por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher (ENGELS, 1984, p. 66).

De acordo com Engels (1984, p. 70) a monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada do matrimônio. Pelo contrário, “ela surge sob forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre sexos, ignorando, até então, na pré-história”.

Para Engels e Marx, foi na família que se iniciou o processo de divisão social do trabalho, entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Nessa frase, percebemos que com o casamento, houve tarefas destinadas exclusivamente para homens e outras para mulheres. Para os homens, prover o sustento da família e para a mulher cuidar dos afazeres da casa, da educação dos filhos e do marido.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo iniciou juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar de uns se verificam a custa da dor e da repressão de outros. A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mãos de um homem e do desejo de transmitir essas riquezas por herança, aos filhos deste homem excluindo os filhos de qualquer outro. Para isso é necessário a monogamia da mulher, mas não a do homem.

Com o passar dos anos a família foi evoluindo da forma mais rudimentar para a forma mais civilizada, existiam os matrimônios grupais, predominantes nas famílias consanguíneas e punaluanas, já na família sindiásmica as coisas foram se transformando e já não havia tanta facilidade para os homens conseguirem mulheres como antes e muitos optavam pelo rapto de mulheres pela força ou pela sedução. Nesse parágrafo podemos observar o quanto a família evoluiu, nas duas primeiras fases o casamento grupal era considerado normal para a sociedade da época, onde não existiam regras e punições como existem atualmente. Na terceira fase, a chamada fase da família sindiásmica, já aconteciam mudanças significativas nessa sociedade, o número de mulheres era restrito e os homens tinham que se empenhar para conseguir uma mulher para sim formar uma família.

Depois dessa 3ª fase, surgiu a família monogâmica, onde o homem almejava que sua mulher tivesse um só companheiro e a mesma fosse fiel e tivesse certeza

que os filhos dela fossem dele, e disso não houvesse nenhuma dúvida, claro que ele não estava enquadrado nesse novo conceito. Já que o homem possuía seus bens e propriedades, o mesmo desejava também uma companheira exclusiva que fosse somente dele e a mesma não se relacionasse com outros homens a não se com ele próprio, pois ele queria ter a certeza que seus filhos herdariam seus bens,mas ele continuaria a viver aquela vida que estava acostumado, ou seja,de promiscuidade sexual.

Morgan (1985, P. 71), entende por heterismo as relações extraconjugais existentes junto a monogamia dos homens com mulheres não casadas, relações que, como se sabe,florescem sob as mais variadas formas durante toda a época da civilização e se transforma cada vez mais, em prostituição.

O heterismo é uma instituição social como outra qualquer, e mantém a antiga liberdade sexual... em proveito dos homens. Embora seja de fato, não apenas tolerado, mas praticado livremente, sobretudo pelas classes dominantes, ele é condenado em palavras. Essa reprovação, na realidade, nunca se dirigiu contra os homens que o praticam e sim, somente, contra as mulheres, que são desprezadas e repudiadas, para que proclame uma vez mais, como lei fundamental da sociedade, a supremacia do absoluto do homem sobre o sexo feminino. (MORGAN, 1985, p. 72).

Na sociedade em que vivemos o homem monogâmico, ou seja, casado com uma mulher, vive o heterismo em forma plena, mas a mulher monogâmica, ou seja, casada com um só homem, não aceita mais essa situação passivamente como no passado, agora ela deseja ter os mesmos direitos dos homens, inclusive manter relação extraconjugal e não ser condenada por isso, embora muitos pareçam aceitar camufladamente esses novos direitos da mulher, ela ainda é muito mal vista pela sociedade se resolver se igualar ao homem nesse aspecto de liberdade e promiscuidade sexual. Nossa sociedade ainda é muito preconceituosa e" machista", pois o homem casado ou não que se relaciona com várias mulheres ao mesmo tempo é visto como homem forte e viril, no entanto a mulher é cruelmente condenada e marginalizada pela sociedade.

De acordo com Morgan (1985, p. 72-73), com a monogamia, apareceram duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado.

De fato, o que observamos não foi exatamente o enfraquecimento da instituição família, mas o surgimento de novos modelos familiares, derivados desses fenômenos sociais e, sobretudo das transformações nas relações de gênero que se exprimem através do maior controle da natalidade, da inserção intensiva da mulher no mercado de trabalho, das mudanças ocorridas na esfera da sexualidade, entre outros fatores.

Segundo Peixoto (2007, p. 11-12), a família contemporânea ocidental conheceu numerosas e profundas transformações a partir dos anos 1960, podemos dizer que, desde então o modelo ideal de família proposto por T.Parsons na década de 1950, o casal legalmente constituído, e seus filhos tendo o pai como provedor e mãe como dona de casa e responsável pela educação da progenera perde vigor e declina à medida que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, tendo de conciliar a atividade profissional com a responsabilidade familiar. Mas esse não é o único elemento mobilizador das mudanças no interior da família; outros, como o controle da fecundidade por meio da contracepção e o aumento do número de divórcios, de uniões livres e de recomposições familiares, também contribuíram para o surgimento de outras formas de vida familiar. Essa diversidade tem por efeito a modificação do calendário familiar, já que os casamentos ou uniões acontecem mais tardiamente e, conseqüentemente os nascimentos também.

Segundo Singly (2007), os novos arranjos familiares da família contemporânea são:

Família Restrita (nuclear, biparental ou tradicional), quer dizer, uma família composta de um homem, uma mulher e seus filhos e que vive, na mesma moradia. Singly emprega o termo “família restrita” em lugar de “família nuclear”. Para ele esta última noção (funcionalista) é bastante problemática, pois apela a uma forte analogia núcleos, um elemento ínfimo e fixo de um a célula, enquanto a originalidade da natureza dos sentimentos no interior da família repousa nas relações entre seus membros. Assim, a “família restrita”, composta por pai, mãe e filhos, se oporia diretamente a “família extensa” que agrega a parentela.

Família Monoparental, quer dizer domicílio de um dos pais vivendo com um ou mais filhos. Muitas dessas famílias oriundas de pessoas solteiras com filhos, separadas, divorciadas ou viúvas.

Família Recompuesta, o domicílio é constituído por um casal no qual pelo menos um dos cônjuges tenha passado pelo matrimônio e tem a guarda de um de seus filhos.

Podemos encontrar um novo tipo de arranjo familiar citado por Turkenicz (2008, p. 33), a chamada homoparental, onde casais formados por dois homens ou duas mulheres, resolvem formar uma família por meio de adoção de uma criança ou buscam outras formas como: inseminação artificial para se tornarem pais ou mães.

No final do século XX, com a homoparentabilidade, se produz uma grande transgressão ao referencial familiar com a qual a diferença sexual já podia ser prescindível, da mesma maneira que o coito vaginal podia se substituído por um procedimento médico para a procriação. A possibilidade de inseminação artificial e o banco de sêmen também ofereciam seus produtos a mães solteiras, lésbicas, além de casais.

2.3 A FAMÍLIA BRASILEIRA

As mudanças sofridas pela estrutura familiar com o decorrer do tempo não foram de forma alguma planejada, mas sim resultado de transformações sociais, políticas e econômicas.

De acordo com Samara (1986), a família brasileira seria resultado da transformação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência.

No século XVI e XVII, juntos às plantações de cana-de-açúcar do nordeste e, mais tarde nas plantações de café do Rio Janeiro e de São Paulo floresceu a chamada família patriarcal brasileira, tendo por figura central o senhor do Engenho (juntos aos canaviais) e Barão do Café (cafezais).

Na ênfase ao modelo predominante da família brasileira, a ideia que se faz retratada na obra *Casa Grande e Senzala* escrita por Gilberto Freyre no início do século XX. Para várias gerações de estudiosos o modelo de família extensas do tipo patriarcal internalizada por Freyre foi o critério e medida de valor para entender a vida familiar brasileira ao longo do tempo.

“O que conferia de denominação de família patriarcal no Brasil colônia era a incorporação ao seu núcleo central de outros elementos, como filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos morando todos sobre o mesmo teto” (PADILHA, 1992, não paginado).

Esse modelo de família foi repassado e reproduzido de tal forma até o século XIX, onde as mulheres eram subordinadas e os homens como soberanos na hierarquia família.

Para Narvaz e Koller (2008, p. 60), as famílias brasileiras ainda tendem a organizar-se conforme ditames patriarcais da instituição familiar patriarcal romana, que prescreve a obediência e a submissão das mulheres e das crianças ao homem-pai.

Com o crescimento das sociedades industriais e urbanas, os laços parentais dentro das famílias se enfraqueceram. Nesta sociedade surge a família Nuclear Burguesa (compreendendo em geral o casal e poucos filhos), resultado da evolução dos laços parentais, substituindo a família patriarcal.

Ao decorrer do tempo a família burguesa ou nuclear foi atribuída a nuances emocionais em que o casamento foi acrescido de papéis sexuais nas relações da família que contribuíram para a perpetuação desse modelo.

Promovida pela modalidade industrial de produção foi ganhando hegemonia ao logo do século XIX, e foi á configuração hegemônica em boa parte do século XX. Pai, mãe e filhos estavam estalados em uma relação afetivamente próxima e muito estreita.

Essa família tendo o pai como figura central foi experimentando modificações, o grande patriarca foi perdendo status, mãe e filhos destacavam-se de seus lugares mais periféricos para ocupar um novo espaço na sociedade.

“O marido era a autoridade dominante sobre a família e provida o sustento dela pelo trabalho na fábrica ou no mercado. A esposa considera menos racional e menos capaz, preocupava-se exclusivamente com o lar, que limpava e decorava” (POSTER, 1979, não paginado).

De acordo com Singly (2007, p. 32-33) o pai não é mais o chefe incontestável de família, a família não é mais patriarcal.

Com todas as transformações ocorridas a família nuclear foi “dessacralizada” perdendo força e seu rigor, com as consequentes mudanças nos papéis de cada um dos seus membros (por exemplo, no que tange a autoridade paterna), e nas relações entre eles.

A baixa taxa de fecundidade; O aumento da esperança de vida e, conseqüentemente da crescente proporção da população com mais de 60 anos; O aumento do divórcio; O declínio da instituição do casamento; - Aumento da união consensual, havendo aumento do número de casamento civil e declínio de casamentos religiosos; Maior número de pessoas vivendo sozinhas; Aumento do número de famílias chefiadas por um só cônjuge, com maior reincidência sobre as mulheres.

Estas modificações e reestruturações na organização familiar apontam a conclusões que apesar de ainda ser prevalecte na sociedade atual, a família é um modelo idealizado e reproduzido culturalmente, mas está passando por um período de transição. Momento este ligado a uma época onde impera o individualismo, a globalização, o consumismo desenfreado, a nova ordem econômica mundial, as novas tecnologias e outros fatores que modificam as relações de trabalho, as relações familiares.

Dessa forma a instituição “família” contemporânea é:

Uma unidade extremamente complexa: enquanto grande mobilidade geográfica, através de migrações, separações, dissoluções de veículos, contendo relações não necessariamente estáveis; como experiências de recomposição, recasamentos e rearranjos internos formando extensas redes sociais, como grupos de vizinhos, amigos, surgindo outro dispositivo que substituem a ideia tradicional de marido-mulher-filhos (CABRAL, 2000, não paginado).

Ainda segundo Cabral (2000) em termo histórico, pode-se agrupar as transformações sofridas pelas famílias ao longo das décadas, de forma que nos anos 50 a visão de família centra-se na figura de marido e filhos, com residência

comum e um vínculo indissolúvel, sendo este o único modelo legítimo da sociedade. Já nas décadas de 70 e 80 o modelo familiar se torna complexo e vulnerável, pois surgem as separações dos casais e conseqüentemente em recasamentos, em que existem filhos de diferentes ligações.

Observa-se então que a partir dessa dissolução da família que começa a acontecer na década de 70, nos anos 90 surgem novas estruturas familiares, onde os vínculos se tornam transitórios e o modelo da família monoparental surge principalmente nas classes menos favorecidas.

Com isso o que se observa não é exatamente o enfraquecimento da instituição familiar e sem o surgimento dos novos modelos e arranjos familiares, que se baseiam em:

Famílias com base e união livres; Famílias adotivas; Famílias monoparentais dirigidas pelo homem ou pela mulher (sendo que grandes porcentagens destas famílias são dirigidas por mulheres); Famílias homossexuais; Mães-adolescentes que assumem seus filhos; Mulheres que tem filhos através de "produção independente" sem companheiro estável.

A família nuclear possui hoje novas características, sendo que parte considerável desta possui além do pai, mãe e filhos, atualmente acolhem também netos. Estes estão diretamente ligados à gravidez precoce, que tem levado a assumirem a paternidade e maternidade sem assumirem união formal ou constituírem nova família.

Não se pode perder de vista que novos modelos familiares são construídos de fenômenos sociais e econômicos, além de transformações nas relações de sexo, estas vistas de maneira igualitária, mediante maior controle da natalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho.

Entende-se que cada vez mais os filhos são criados em outros arranjos familiares, distintos do tradicional. Multiplica-se casos de famílias monoparentais, famílias reconstruídas após o divórcio, famílias monoparentais chefiadas pelas mães, que trabalham fora e dividem os cuidados dos filhos com outros, famílias formadas pelas crianças e as avós.

Diante disso, torna-se evidente que ao se falar em família é imprescindível ter o cuidado de não generalizar a reflexão e sim contextualizar a família dentro de sua época e de seus aspectos étnicos, religiosos, econômicos etc.

A única coisa que se pode responder é que a família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que deve modificar-se na medida em que a sociedade se modifica como sucedeu até agora. A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema. (ENGELS, 1985, p. 91).

Analisar as famílias residentes no bairro Malvinas em Laranjal do Jari requer *a priori* uma análise, mesmo que breve, da Amazônia, do Estado do Amapá e do município de Laranjal do Jari, pois isso é fundamental para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no Bairro.

Muitas das características presentes no bairro Malvinas ocorrem em virtude da sua origem, que é condizente com o processo de povoamento da Amazônia.

3 A DINÂMICA DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, DO ESTADO DO AMAPÁ E DE LARANJAL DO JARI.

3.1 A AMAZÔNIA NO CENÁRIO ECONÔMICO

A Amazônia possui a maior biodiversidade do planeta. Isso condiciona o seu crescimento e desenvolvimento às dimensões da biodiversidade, sendo estes relacionados às atividades de exploração dos seus recursos naturais.

Conforme PICOLI (2005, p. 17):

Através das várias fases de sua ocupação, a Amazônia oferece seus produtos naturais para satisfazer principalmente as necessidades do mercado mundial. [...] Também podem ser encontradas na região 80% das variedades de vida do planeta, constituindo-se na maior floresta tropical do mundo.

E o mesmo autor, citando PASSOS continua:

Assim, historicamente a ocupação da região foi no intuito de aproveitar o grande potencial de recursos florestais, minerais e introduzir projetos agropecuários com fins de acumulação de capitais. Contudo, a Amazônia brasileira vem sendo ocupada ao longo dos tempos pela “cobiça

internacional e pela potencialidade econômica” (PASSOS, 1998: 52, apud PICOLI, 2005, p. 17,18).

O interesse pela exploração dos Amazônia remonta ao século dezesseis, segundo MELLO, citado por PICOLI (2005, p. 18) “Com o objetivo de usufruir os seus recursos naturais, os europeus foram os primeiros a entrar em contato com o antigo e legítimo povo da floresta”. Vale ressaltar que a ocupação do território ocorreu sem que os portugueses se apossassem efetivamente da região, o que só veio a ocorrer no século XVII quando se instalaram na foz do rio Amazonas e fundaram a cidade de Belém do Pará. Conforme BENCHIMOL: “a conquista européia e a posse da Amazônia, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, se realizam sob um intenso processo de luta e disputa entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses” (BENCHIMOL, apud PICOLI, 2005, p. 18).

Com o domínio português eles buscaram interferir na Amazônia através da extração do minério, através da caça, da pesca e da exploração de produtos florestais. A Amazônia passou a figurar no cenário econômico mundial como reservatório de recursos, assim “a Amazônia substitui o Oriente como fonte de especiarias” (SODRÉ, apud PICOLI, 2005, p. 19).

Por intermédio do conhecimento e domínio das técnicas de exploração e uso da borracha por parte dos indígenas e em virtude do Brasil possuir na época o maior reservatório de seringueiras nativas o país assumiu lugar de destaque no cenário mundial. Iniciou-se então o ciclo da borracha. “Este produto amazônico, monoextrativista, aumentou sua produção a partir de 1870, estendendo-se gloriosamente até 1912” (PICOLI, 2005, p. 25).

Continuando nesta linha, PRADO JÚNIOR afirma que nesta nova dinâmica de capitalismo de expansão, o Brasil, por possuir a maior reserva mundial de seringueiras nativas, projetou-se ao mercado mundial através do extrativismo, e “a exportação da borracha vem em contínuo aumento desde 1827” (PRADO JÚNIOR, apud PICOLI, 2005, p. 25).

A Amazônia foi neste período ocupada maciçamente por nordestinos, que fugindo da seca e em busca de melhores oportunidades vieram para a região e ocuparam-se do manejo da seringa. O auge do ciclo da borracha compreendeu o decênio de 1901 a 1910. Neste período o produto atingiu o topo das exportações.

Vale ressaltar que os beneficiários deste ciclo eram “apenas as classes seringalistas, os grandes latifundiários, enquanto a mão-de-obra desse ciclo, o seringueiro, num quadro econômico escravagista, ficava à margem dessa participação” (MARTINS, apud PICOLI, 2005, p. 25).

A partir da metade do século XX evidencia-se o papel do Brasil como fornecedor de produtos primários aos países importadores. “Este fato se evidencia quando realmente se efetiva a dependência e a subordinação da economia brasileira pelos ‘centros financeiros do sistema: as matrizes dos velhos *trustes* conhecidos hoje pela eufêmica designação de multinacionais” (PRADO JÚNIOR, apud PICOLI, 2005, p. 33).

Através da estratégia elaborada e engenhada por interesses além-pátria, o Estado brasileiro passou a beneficiar os grandes projetos econômicos, dotando-os de estrutura financeira e do controle das massas pela ditadura. Os militares no comando do Estado brasileiro, através do golpe de Estado, serviram de instrumento para fixação de grandes capitais na região amazônica, bem como a concentração da propriedade privada e expropriação dos povos da floresta. O real motivo da tomada do poder por meio da ditadura foi beneficiar os grupos econômicos, e estes passavam a controlar os movimentos políticos e econômicos do País. (PICOLI, 2005, p. 41).

O mesmo autor relata que se efetuou a estratégia de internacionalização da Amazônia, através da concessão de incentivos fiscais. Neste sentido a estratégia de ocupação consistiu na oferta de terras pelo Estado brasileiro, além das condições facilitadas para que grandes conglomerados capitalistas, tanto do Brasil quanto do exterior, se instalassem na Amazônia e passassem a extrair seus recursos minerais, bem como seus produtos florestais.

No período pós -1964, o Estado brasileiro, sob domínio estrangeiro, através das estratégias mundiais, passou a servir aos “ianques” intensivamente, submetendo-se às metas do plano global capitalista. Os produtos da região amazônica, que já serviam ao mercado mundial, passavam a se fazer cada vez mais presentes na região, mas agora a investida econômica pôde ser com recursos da nação brasileira em detrimento dos povos nacionais e os da floresta tropical. (PICOLI, 2005, p. 42).

Em 1970 o governo federal passou a contestar o domínio de propriedades e os seringueiros passaram à condição de posseiros. Esta manobra favoreceu os conglomerados a quem eram cedidas terras, seja para especulação imobiliária, seja para a extração dos recursos minerais, florestais e da agropecuária. O Ciclo da

borracha estava já quase extinto, entretanto o extrativismo continuou com sua importância na Amazônia.

No período da ditadura militar (entre 1964 e 1985) grandes empresas se instalaram na Amazônia, dentre eles destacam-se o que mais interessa aos propósitos deste estudo, que é o Projeto Jari S.A, um gigantesco empreendimento que ocupou 1.500.000 hectares de terra.

O Projeto Jari instalou-se período da ditadura, com anuência do Estado brasileiro, assim como os demais Grandes Projetos da Amazônia e “usando slogans nacionalistas, mais de seiscentas empresas transnacionais passaram a investir maciçamente na região” (GONÇALVES, apud PICOLI, 2005, p. 49).

Além de incentivos fiscais e empréstimos em dinheiro, o governo cumpriu sua parte com estruturação de estradas, abastecimento de energia, construção de aeroportos, proporcionando a entrada e a saída das pessoas e o escoamento da produção na região. As estradas federais serviram de propaganda para o governo atrair empresas e pessoas para a região, bem como sinônimo de estrutura. Figuram-se como os corredores mais importantes as rodovias Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Belém-Brasília e Transamazônica. Estes são exemplos de integração proporcionados pelo Estado para a abertura desta vasta região. Além dos esforços do governo da ditadura para contribuir com o já avançado processo de destruição, países centrais com interesse capitalista foram oportunos e decisivos no tocante à devastação e ao enxugamento das riquezas naturais da região. (HAGEMANN, apud PICOLI, 2005, p. 51)

É importante ressaltar que estas artimanhas que se configuraram como um projeto de colonização da Amazônia, considerada a última fronteira brasileira, em pouco ou nada quis beneficiar o povo da floresta ou os donos da força de trabalho que vieram do nordeste. A colonização da Amazônia quis sim beneficiar os grandes conglomerados nacionais e internacionais, estando a serviço da expansão do capitalismo mundial. Quanto a isso IANNI afirma:

Estava em curso um amplo e intenso processo de formação de latifúndios, fazendas e empresas de extrativismo, agricultura e pecuária, agroindústria e outras atividades, por meio do qual a terra se transforma em propriedade privada, mercadoria, em conformidade com as exigências do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. Essa foi a forma pela qual o poder estatal foi levado a reativar, diversificar e desenvolver o vasto enclave econômico da Amazônia, para servir à acumulação capitalista nos centros dominantes, no Centro-Sul e no Exterior. (IANNI, apud PICOLI, 2005, p. 54).

O mesmo autor afirma ainda que esta estratégia do governo brasileiro de favorecimento dos conglomerados “implica na expulsão, ou subordinação, de índios, sítiantes, caboclos, posseiros e colonos” (IANNI apud PICOLO, 2005, p. 55). Então sob o slogan nacionalista de “integrar para não entregar” a Amazônia foi invadida pelo capital estrangeiro e avançou a passos largos rumo ao processo de internacionalização.

Segundo Loureiro, a partir de meados dos anos 80 a Amazônia foi voltando-se para a produção de commodities, em especial a exploração de minérios, gado, madeira, dendê, a palma até chegar à soja. E afirma:

Daí porque entendo que a região converteu-se numa fronteira de commodities. Na verdade, desde meados dos anos 90 ela já estava claramente definida como tal, embora a questão amazônica, sob este ângulo mais específico, não tenha sido levantada. Hoje, a Amazônia como fronteira apresenta uma conotação bem particularizada: articula-se e é impulsionada, direta e mais intensamente, pelo mercado internacional e, muito menos, pela conjuntura e pelo mercado nacional. E a exploração dos recursos naturais igualmente oscila segundo a demanda desse mercado de commodities. Trata-se, portanto, de uma nova fronteira, diferente daquela dos anos 70/80 e onde o campesinato tinha o papel de protagonista. (LOUREIRO. 2009. p. 06)

3.2 A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ

Assim como o restante da Amazônia as dimensões da biodiversidade também condicionam o desenvolvimento do Estado do Amapá, até mais que outros Estados, uma vez que como bem afirmam ABRANTES e FERNANDES (2008, p. 87) é um dos Estados mais preservados da Região Amazônica, dotado de imensas riquezas de recursos naturais, diversidade de ecossistemas estando ainda em excelente nível de conservação, com baixa densidade populacional.

A biodiversidade confere importância estratégica ao Amapá, que não difere dos demais estados da região norte no que se refere à economia, dinâmica de ocupação, dinâmica de urbanização.

O Amapá está situado no extremo Norte do País, na Amazônia Oriental, na foz do Rio Amazonas compõe o Platô das Guianas e é banhado pelo Oceano Atlântico, com uma longa e rica costa de mais de 690 km. A área territorial do Estado é de 142.814,585 km², deste total cerca de 97% está preservada.

Ainda segundo estes autores, todos os ecossistemas da Amazônia estão representados no Amapá. As florestas cobrem mais de dois terços do seu território, ao lado de áreas de cerrado, lagos e grandes extensões e várzeas, onde flora e fauna variam em função das inundações sazonais, além de possuir grande parte de sua extensão territorial coberta com florestas tropicais.

Segundo PORTO (2003, apud FERREIRA, 2008, p. 53) na atualidade o Amapá traça uma divisão geopolítica em três grandes áreas, que são o Norte, a área central e o Sul. O Norte é formado pelos municípios do Amapá, Calçoene, Oiapoque e Tartarugalzinho, dentre as três regiões esta é a menos populosa, entretanto possui grande potencial pecuário e mineral.

Ainda segundo o autor, a área Central é a de maior importância em função do extrativismo mineral, indústria de transformação, comércio e serviços públicos. A área central do Estado vem experimentando um intenso processo de urbanização e é constituída pelos municípios de Macapá, Ferreira Gomes, Porto Grande, Itaubal, Cutias, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Serra do Navio e Santana.

A área Sul do Estado é a segunda região mais populosa e é formada pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. As origens do seu desenvolvimento remontam ao processo de extração da borracha e foi intensificado pela implantação de um dos grandes projetos da Amazônia da década de 1970, no caso o Projeto Jari.

A dinâmica de ocupação do espaço urbano do Amapá deu-se em quatro fases, que perduraram por dois séculos, e que, segundo FERREIRA (2008, p. 51) foram impulsionadas por ações em nível governamental sendo consideradas estratégias geopolíticas e econômicas que transformaram a Região visando prioritariamente a proteção do território.

Segundo a autora a primeira fase de ocupação aconteceu por motivos políticos assegurando a proteção da invasão estrangeira do espaço colonial na bacia do rio Amazonas pelos portugueses. Isso se deu através de obras de fortificação.

Em 1740 sob jurisdição do governo da Província do Grão-Pará foi determinada a construção da Fortaleza de São José de Macapá. De 1764 a 1784, a obra marca a ocupação e formação da vila de São José de Macapá em 1758. Pelo Censo realizado em 1790, a população de Macapá era de 2.532 habitantes entre índios, caboclos, negros e brancos. Em 1856, o Governo atendendo a apelos políticos projetou Macapá à categoria de cidade (Lei Provincial nº 281). (FERREIRA, 2008, p. 51).

Em 1901 inicia-se a segunda fase de ocupação por meio do processo de intensificação da invasão da área Norte pelos franceses entre os rios Oiapoque e Araguari. Houve discórdia na fronteira internacional e isso provou a ocupação do núcleo urbano do Amapá, que até 1944 foi à capital do Amapá.

A terceira fase foi marcada pelas estratégias de federalização para impulsionar o desenvolvimento. Surge então o Território Federal do Amapá. Nesta fase e como parte da estratégia federal de desenvolvimento é instalada a Indústria, Comércio e Mineração S/A – ICOMI. “A empresa atendia dois objetivos, o interesse internacional quando abasteciam de minério de ferro os EUA; e o interesse interno, quando dava apoio a dinâmica do processo de acumulação do capital nacional, atendendo a industrialização do país com o Programa de Substituição das Importações”. (FERREIRA, 2008, p. 52)

A fase mais recente de ocupação do território amapaense se deu pela Constituição Federal de 1988, com a política de descentralização, dando aos territórios autonomia administrativa, o Amapá passou a categoria de Estado. Deu-se a criação dos municípios de Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho e em 1992 foram criados os municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Cutias do Araguari, Porto Grande, Itaubal e Pracuúba e em 1994, o município de Vitória do Jari.

Esses espaços se modificaram surgindo cidades com características e dinâmicas espaciais completamente distintas. Há cidade planejada, como o caso das *companytown's* que incorporam todos os equipamentos urbanos que uma cidade exige como a Vila Amazonas (Santana) e Serra do Navio; cidade tradicional, que já existia e por assentamento do capital deu nova forma à sua modesta dinâmica, como Macapá, Amapá, Mazagão, Calçoene, Oiapoque; cidade espontânea que nasce de migalhas, restos das cidades planejadas, são cidades que acomodam um batalhão de excluídos por não terem acesso às regalias do capital, a exemplo, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. (FERREIRA, 2008, p. 56).

Assim como o ocorrido no restante da Amazônia o Amapá sofreu influência do capital externo através da implantação dos projetos minerais e agroexportadores que provocaram a exploração dos recursos naturais e como consequência engendraram os espaços urbanos com intenso povoamento em uns casos e em outros casos com povoamento menos intensos em razão das grandes áreas de proteção ambiental.

As atividades econômicas da ICOMI e Área de Livre Comércio de Macapá e Santana provocaram grandes mudanças em Macapá e Santana, em função do adensamento da população o mesmo ocorreu em Laranjal do Jari, com a implantação do Projeto Jari.

O Amapá é um dos Estados mais pobres do país. De acordo com FERREIRA (2008, p. 58), mais da metade dos municípios são de grandes restrições econômicas, sociais, políticas, institucionais. Macapá, Santana e Laranjal do Jari são as três cidades que apresentam os melhores indicadores sociais do Estado.

A autora afirma que: “As cidades do Amapá são espaços carentes de planejamento, apresentam ineficiência de políticas públicas e indicadores sociais e urbanos de baixa qualidade”. Isso é gerado pela rápida e desordenada ocupação dos espaços urbanos, uma vez que a infraestrutura, as condições de mobilidade e serviços urbanos não correspondem às necessidades da população.

O Setor Terciário tem a maior concentração da economia, tendo uma participação em média de 60% do PIB, o que leva a economia a uma dependência dos salários do funcionalismo público. Em seguida vem o Setor Secundário com 12% de participação na economia do Estado e por fim o Setor Primário com 4% do PIB.

Durante os 19 anos de Estado, não só o crescimento da população, mas também a intensidade dos fenômenos de natureza demográfica, ambiental, econômico e social colaboraram na transformação espacial das cidades amapaenses, impactando na urbanização desenfreada. O fenômeno da migração, por exemplo, foi mais grave nas suas três maiores cidades, influenciando na organização e expansão delas dando um novo desenho urbano. (FERREIRA, 2008, p. 66).

Este fenômeno da migração é apontado como o principal fator para os baixos indicadores sociais do Estado. Ainda é grande o número de pessoas que chaga ao Amapá em busca de oportunidade, na maioria pessoas com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional aumentam o exercito de reserva e elevam índice de pobreza.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

Já foi mencionado neste estudo que amparado no discurso de integração com fins desenvolvimentistas, o governo federal implantou o que ficou conhecido como

os Mega Projetos da Amazônia. Para fins deste estudo cabe focalizar o Projeto Jari, implantado em 1967 porque as origens de Laranjal do Jari remontam a esta implantação, assim como o surgimento de Vitória do Jari no Amapá e Monte Dourado, que é distrito de Almeirim no Estado do Pará.

Trata-se de um empreendimento voltado para a exploração agroflorestal, mineral e industrial. A implantação gerou o problema da moradia dos empregados e como solução a Jari executou a construção de uma infraestrutura de cidade no lado paraense, no distrito de Monte Dourado, o que desencadeou o surgimento de milhares de empregos na construção civil, e a migração para a região de contingentes de diversos lugares do Brasil.

Os que não conseguiam permanecer no emprego e que ansiavam por uma recolocação, passaram a residir no lado amapaense, na área alagada na margem esquerda do Rio Jari, sujeita ao fluxo e refluxo de enchente e maré e formaram o que foi considerada a maior favela fluvial da América Latina.

O processo migratório iniciado nas décadas 1970 e 1980 é o principal fator na formação populacional de Laranjal do Jari. A formação étnica da comunidade laranjalense comporta-se pela diversificação de pessoas que vieram do Nordeste, especialmente do Maranhão, Piauí e Ceará. É grande também o número de pessoas advindas da própria região Norte, principalmente do Pará. Segundo FERREIRA, (2008, p. 56): “As intervenções econômicas e políticas que ocorreram mudaram os aspectos de vida servindo de atração a uma nova população que trouxe consigo suas culturas onde se misturam com as existentes, os costumes locais sofreram influência por hábitos de outras regiões”.

Assim como os casos de migração ocorridos em Macapá e Santana, que são os dois municípios amapaenses que mais recebem mãos de obra externa, o município de Laranjal do Jari sofreu um adensamento populacional em virtude da injeção de capital externo, no caso, a implantação do Projeto Jari. Como aqueles municípios a população que chega a Laranjal do Jari tem baixa escolaridade pouca qualificação profissional o que os condiciona a assumir postos de trabalhos subalternos.

Existe, entretanto uma peculiaridade no processo migratório no Vale do Jari, que em muitos casos, as pessoas que vieram do Sul e Sudeste do País, com maior

nível de escolaridade ocupam os melhores postos de trabalho nas empresas, o que contribui para que haja grande nível de desigualdade na população.

Em um quadro homogêneo, está distribuída uma população inteira vinda de fora, de todo o país e de todos os países: uma população feita de contribuições extremamente diversas, constituída por grupos com tipos étnicos, tradições nacionais, gêneros de vida e condições sócias que se separam e opõem, mas, no entanto, encontram-se justapostos, comprometidos um com outro, cujos elementos se cruzam e reencontram incessantemente sem realmente se fundir (VALADARES, apud FERREIRA, 2008, p. 56).

A população de Laranjal do Jari é preponderantemente urbana, sendo que quase 95% residem na sede do município, o que contribui para a ocupação desordenada do espaço físico. O município é dividido em áreas de várzea e terra firme, como mostra a Figura a seguir.

FIGURA 1 - VISTA AÉREA DA CIDADE DE LARANJAL DO JARI.



Fonte:<http://turismo.culturamix.com/nacionais/norte/cidade-de-laranjal-do-jari>

O município de Laranjal do Jari está situado a 275 Km da capital Macapá. A população registrada no último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 39.942 habitantes e a área do município é de 30.971,77 km², o que

resulta numa densidade demográfica de cerca de 1,29 hab./km². No município 94,9% da população é urbana e o rápido crescimento da população provoca a ocupação de cerca de 90% da extensão territorial do município expandindo-se para a Área de Proteção Ambiental (APA), onde se encontra o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Esta importante área protegida por legislações ambiental, que além de Laranjal do Jari abrange ainda o município de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Oiapoque e Calçoene.

Laranjal do Jari registra casos de enchente, que vem ocorrendo com mais intensidade, sendo que nos últimos 15 anos o município foi atingido por “três de grande proporção no município de Laranjal do Jari. A primeira em 2000, a segunda em 2006 e a terceira em 2008. Apenas a enchente registrada em 2000 atingiu 70% do centro urbano da cidade, causando danos da ordem de 28,7 milhões” (MARQUES & CUNHA, 2008, p. 06).

Segundo MARQUES (2011, p. 90): “A ocupação desordenada é talvez o fator socioambiental mais agravante sobre os impactos negativos das cheias em Laranjal do Jari”. A mesma autora acrescenta: “Verifica-se que a condição de vulnerabilidade e risco é decorrente da situação econômica e de profunda exclusão social resultante do histórico de ocupação desordenada do Vale do Jari”.

Os bairros atingidos por estes fenômenos são os bairros da área de zona de várzea que surgiram sem planejamento, constituindo-se como uma imensidão de casas improvisadas, em condições precárias, paralelo ao espaço urbanizado criado pela Jari para abrigar seus trabalhadores.

4 PERFIL SOCIAL DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO MALVINAS

O bairro Malvinas localiza-se às margens do Rio Jari, à direita da Avenida Tancredo Neves é limitado pelos bairros Santarém, Centro e Samaúma. Parte do bairro fica em uma região aterrada que permite a circulação de veículos, contudo a maior parte da área de acesso aos domicílios é feita através de passarelas de madeira.

FIGURA 2 - VISTA AÉREA DOS BAIRROS DE LARANJAL DO JARI



Fonte: IBAMA, 2008.

Como pode ser verificado na figura acima, o bairro Malvinas está situado em sua totalidade em área de várzeas e está sujeito a alagamento. Dispõe de uma Associação de moradores e outras Associações que desenvolvem atividades sociais, Escolas Públicas, Igrejas de várias denominações, além de uma Biblioteca Comunitária. O Bairro foi o primeiro do Município e foi dele que se originou Laranjal do Jari, que cresceu desordenadamente.

Este estudo teve base em pesquisas bibliográfica e de campo, visando alcançar os objetivos propostos.

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica sobre conceitos de família e sobre o contexto em que o bairro está inserido, no caso Amazônia, o Amapá e Município de Laranjal do Jari. A pesquisa de campo foi feita com 100 famílias que residem no bairro Malvinas.

Foi adotada a aplicação de questionário com variáveis abertas e fechadas.

A abordagem escolhida foi qualitativa quando seus valores são expressos por atributos, sexo, cor da pele etc. Quanto à coleta de dados foi usada à direta e amostragem por conglomerados ou agrupamentos. A pesquisa bibliográfica seguiu em todas as fases do trabalho para facilitar a interpretação dos resultados.

Durante o mês de Janeiro de 2014 realizou-se a pesquisa de campo através da aplicação de 100 instrumentais denominados “Questionário Socioeconômico

direcionado às Famílias residentes no Bairro Malvinas”.

A primeira parte do instrumental direciona-se a identificação dos moradores, e apresentou variáveis sobre o sexo, estado civil, composição familiar (numero de filhos), religião, cor da pele, escolaridade e local de origem. Após isso passou-se às questões referentes à renda familiar e em seguida as condições de moradia.

Dos 100 entrevistados 66 eram do sexo feminino e 44 do sexo masculino.

Quanto a religião 54% se declararam católicos, 28% se declararam evangélicos e 18% declararam não praticar nenhuma religião.

Quanto à cor 03% se declarou amarelo, 02% se declarou indígena, 29% se declarou afrodescendente, 07% se declararam branco e 59% se declararam pardo.

No que se refere à escolaridade, 8% dos entrevistados se declararam analfabetos, 44% tem Ensino Fundamental incompleto, 27% tem o Ensino Fundamental completo, 9% tem Ensino Médio incompleto, 10% declarou ter Ensino Médio completo e apenas 2% dos pesquisados residentes do bairro tem Ensino Superior. Nota-se a baixa escolaridade, haja vista que apenas 10% concluíram o Ensino Médio. Isso tem reflexo direto na empregabilidade, uma vez que a sociedade atual, com seus mercados e economias globalizadas requerem trabalhadores mais qualificados e com melhor formação pessoal e técnica. Exigem-se hoje muito mais que o domínio da leitura e escrita e a execução de operações matemáticas elementares, já que os processos do mundo do trabalho adquiriram maior complexidade.

Todos os entrevistados declararam ter estudado todas as etapas em escola pública.

Quanto ao Estado civil 26% declararam ser solteiros, 21% disseram ser casados, 4% divorciados, 9% Declararam que são viúvos e a maioria dos entrevistados, 40% declararam que vivem no regime de União Estável.

Ao serem questionados sobre o tempo de relacionamento, 46 % declarou que vive entre 02 a 05 anos. 30% declararam que vivem entre 06 a 11 anos, 24% declararam viver a mais de 18 anos com o mesmo parceiro.

Tempo de relacionamento

- Vive entre 02 a 05 anos com o mesmo parceiro
- Vive entre 06 a 11 anos com o mesmo parceiro
- Vive a mais de 18 anos com o mesmo parceiro

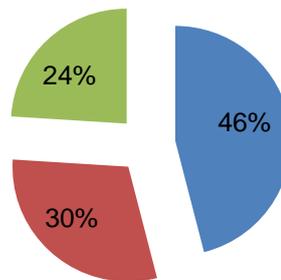


Gráfico 1 – Tempo de relacionamento

Quanto ao número de filhos das uniões atuais, 48% declarou ter entre 01 e 03 filhos. 32% declararam ter entre 04 e 06 filhos e 15% declarou ter entre 07 e 10 filhos. Dos casais entrevistados 05% declararam não ter filhos.

A pesquisa quis saber sobre a presença de filhos de relacionamento anterior e obteve como resposta que 58% das famílias são recompostas, ou seja, constituídas após relacionamentos anteriores, ou rearranjos familiares, contra 42% que responderam que chegaram ao relacionamento atual sem filhos.

Constituição das Famílias

- Famílias constituídas sem filhos de relacionamentos anteriores
- Famílias recompostas

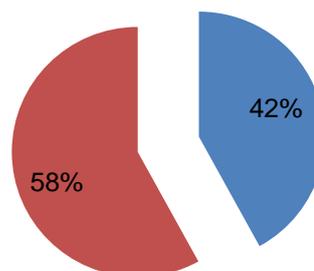


Gráfico 2 - Constituição das Famílias

A pesquisa revelou que 58%, ou seja, mais da metade das famílias são recompostas. Segundo Koloustian (2008, p.14), a família da forma como vem se modificando e se estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-las como um modelo único ou ideal. Levando a afirmar que não existe apenas um modelo de família e muito menos uma “família modelo”.

Há variações segundo as culturas e dentro de uma mesma sociedade coexistem diferentes tipos: famílias ampliadas (como na África, incluindo não apenas os pais, os filhos, mas outros parentes), famílias numerosas, famílias nuclear restrita, uniões livres (concubinato), família reconstruída após separações, divórcios ou viuvez compreendendo, às vezes, filhos de cada um dos conjugues ou dos dois, famílias poligâmicas, famílias monoparentais (constituída em geral por mães, viúvas, solteiras, por apenas um dos conjugues no caso de casais separados ou divorciados), famílias com filhos adotivos etc.

A pesquisa quis saber sobre a origem dos moradores do bairro. Obteve-se que apenas 25% são originários do Estado do Amapá, enquanto que 75% migraram para Laranjal do Jari.

Os locais de origem são principalmente o Pará, que é o Estado vizinho, com 46% e os Estados do Nordeste do Brasil, sendo o Estado do Ceará com 01%, o Estado do Piauí com 02% e o Maranhão, que o Estado do Nordeste em que se origina a maioria dos que residem no bairro, com 26%.

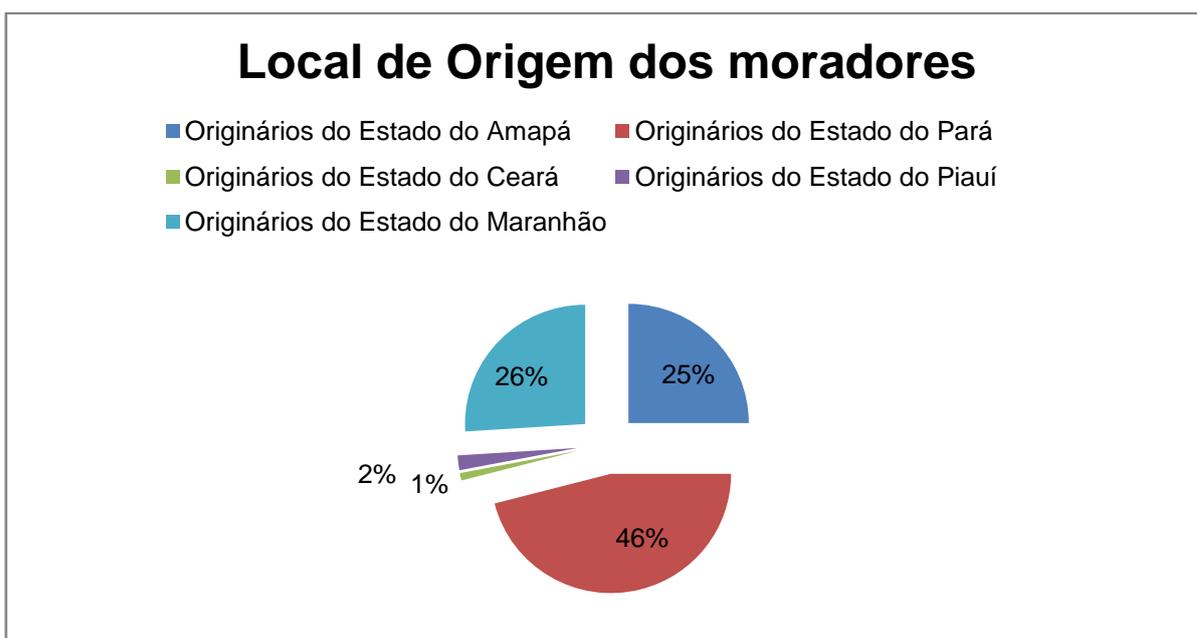


Gráfico 3 - Local de Origem dos moradores

Os 28% dos entrevistados que migraram para Laranjal do Jari afirmaram que em seu local de origem residiam na zona urbana, enquanto que 72% residiam na zona rural. 39% afirmaram que no seu local de origem eram agricultores, 14% eram pescadores e 47% citaram outras profissões, como vendedores, construção civil e costureira.

Também 85% dos entrevistados afirmaram que estão trabalhando atualmente e apenas 15% respondeu estar desempregado. 48% afirmaram que são autônomos, 04% são servidores públicos, 10% fazem bicos esporádicos, e 38% afirmam que trabalham como assalariados nas empresas da região, sendo que as citadas foram CESBE, NDR e Orsa Florestal.

Das famílias pesquisadas 58% têm como principal provedor o pai, 36% tem a mãe e apenas 06% tem algum filho como quem mais contribui com a renda familiar, e 57% destas famílias participam de programas de transferência de renda do governo, e 43% disseram não receber nenhum benefício do governo.

Quanto à renda familiar, 20% dos pesquisados afirmaram que ganham menos de um salário mínimo, 23% disseram ganhar um salário mínimo por mês, 45% ganham até dois salários mínimos, 12% ganham até quatro salários mínimos.

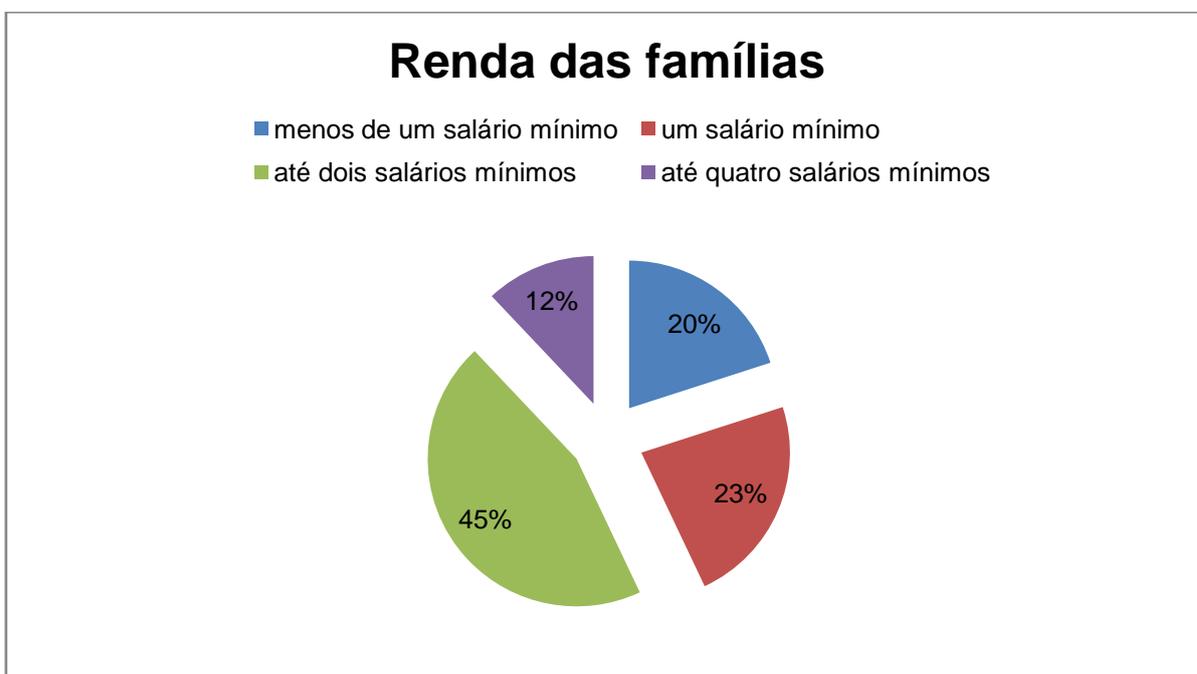


Gráfico 4 - Renda das famílias

Em relação à moradia 33% dos entrevistados responderam que na casa os adultos e crianças dividem o mesmo quarto. 67% responderam que não. 90% afirmaram que a casa é própria, 04% é cedida e 06% são alugadas.

91% das residências pesquisadas são de madeira, apenas 01% é totalmente de alvenaria e 08% são mistas, ou seja, madeira e alvenaria.

Quanto à localização da residência pesquisada, 01% está localizada em terra firme, 28% em área ribeirinha e 71% em área de várzea.

Das residências pesquisadas 06% localizam-se em logradouro asfaltado, 09% em rua de terra e 85% em passarela de madeira.

Quanto ao abastecimento de água 89% disseram que usam água fornecida pela CAESA e 11% afirmaram fazer uso da água do rio para o consumo na residência. O abastecimento de água é precário e insuficiente. Vale ressaltar que destes 89% muitos não recebem água em casa e precisam coletar em baldes e carregar para abastecer suas residências. A rede de distribuição não atende à demanda, obrigando a população a fazerem ligações clandestinas.

FIGURA 3 - USO DA ÁGUA DO RIO



Fonte: Crisoneide Pedrosa.

Em se tratando do destino do lixo, 88% responderam que o lixo produzido na residência é coletado pela prefeitura, 08% respondeu jogar o lixo a céu aberto, e 04% afirmou que queima o seu lixo. Apesar de 88% afirmarem que seu lixo é coletado o que se observa no bairro é que o lixo se acumula sob as casas e passarelas, provocando a proliferação de doenças infectocontagiosas.

FIGURA 4 - LIXO A CÉU ABERTO



Fonte: Crisoneide Pedrosa.

Sobre o escoamento sanitário, 36% afirmaram que os dejetos são despejados direto no rio, 36% a céu aberto e 28% apenas afirmaram que a residência possui fossa, seja séptica ou rudimentar.

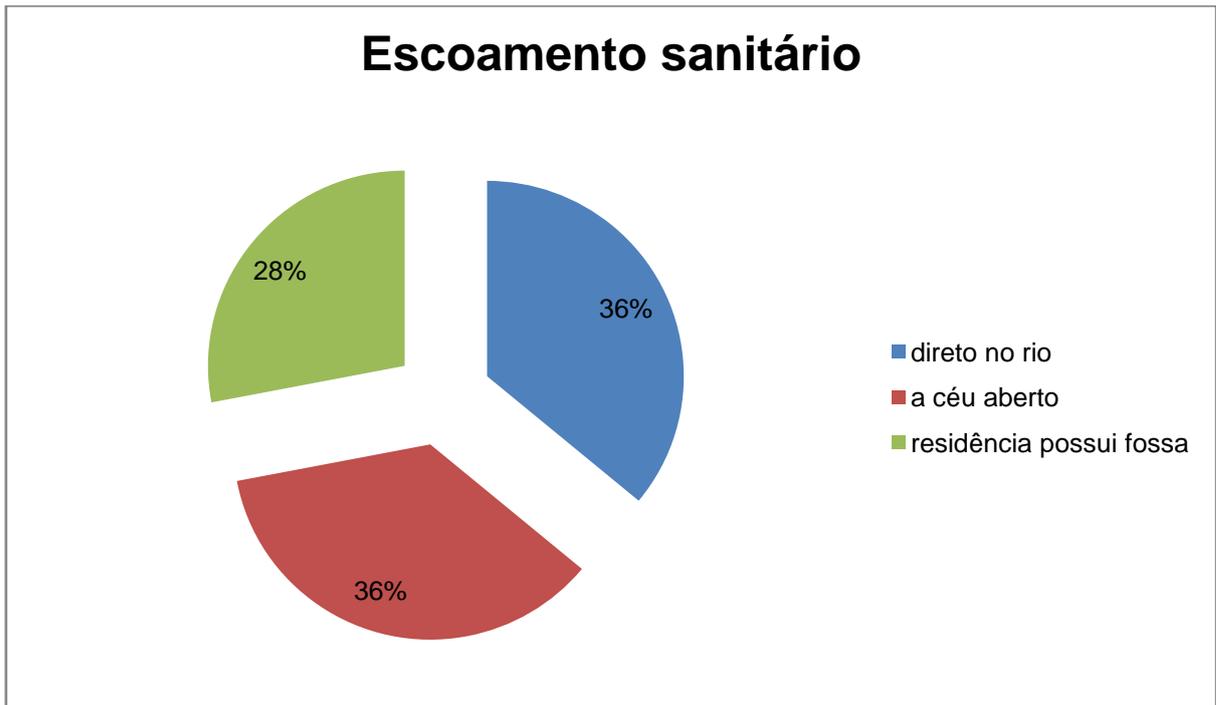


Gráfico 5 - Escoamento sanitário

Este pode ser considerado o problema mais grave do bairro, pois em função da inexistência de rede de esgoto, as soluções adotadas pela população é despejar os dejetos no rio ou a céu aberto. A situação é agravada pelo fato de que grande parte da população que reside à beira do rio serve-se diretamente de suas águas para higiene pessoal, lavagem de roupas e outros. A pesquisa constatou este fato uma vez que 62% dos entrevistados afirmam que tomam banho no rio.

O município possui uma secretaria de saúde com pouca estrutura, sem políticas eficazes de prevenção e educação, e as unidades de saúde não atendem à demanda da população.

Ao perguntar sobre quais os principais problemas enfrentados pela família, 39% citaram os problemas relacionados ao abastecimento de água, 20% citaram a deficiência no abastecimento de energia elétrica, 10% falaram da falta de segurança pública, 07% falaram dos problemas gerados pela poluição, 10% citaram a deficiência no serviço de saúde, 10% citaram o desemprego e 04% citaram a deficiência no sistema de transporte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo a principal preocupação a ser investigada girou em torno da questão socioeconômica das famílias do bairro Malvinas, em Laranjal do Jari, que foi amparado pelo estudo da família, do município de Laranjal do Jari, do estado do Amapá e da Amazônia, pois foi fundamental para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no bairro. Através da pesquisa verificou-se um baixo índice de famílias vivendo o modelo nuclear tradicional, os questionários aplicados revelaram que a grande maioria das famílias são recompostas. Diferente do que possa aparecer, a família nuclear não é uma instituição natural, pois adquire modelos diferentes conforme a necessidade da época.

O estudo revelou com base nos dados da pesquisa de campo que o nível de escolaridade dessas famílias é baixo. Isso tem reflexo direto na empregabilidade uma vez que a sociedade atual com seus mercados e economias globalizadas requerem trabalhadores mais qualificados e com melhor formação pessoal, e conseqüentemente a falta de oportunidades por empregos formais diminui, e segundo essas famílias entrevistadas foram fatores determinantes para o desenvolvimento de outras atividades informais, existindo assim no bairro o dualismo econômico em que as famílias se dedicam ao trabalho assalariado e ao trabalho autônomo e que integram aos programas de transferência de renda do governo. Coexistem no bairro situações de famílias que ascenderam suas condições de vida.

A pesquisa demonstrou que a maioria dos moradores são oriundos do estado do Pará e da região nordeste em especial do Ceará, Piauí e Maranhão. Foi identificado que a maior parte dos entrevistados que migraram para Laranjal do Jari residiam na área rural e exerciam profissões simples, como: vendedores, pedreiros, costureiras e agricultores. Mostrando o porquê da sociedade local carente, pois a grande massa que migrou para a região veio em busca de melhores condições.

Pode-se perceber através dos dados coletados a baixa renda, a carência de saneamento básico, tendo um sistema deficiente de coleta de lixo e falta de políticas públicas que deem enfrentamentos às problemáticas urbanas existentes no bairro. Foi constatado também o dualismo social, em que os moradores do bairro sentem-

se marginalizados pelos outros bairros e de grande parte da população laranjalense, mesmo vivendo no mesmo município.

“Se por um lado os aspectos sociais são assustadores, por outro o Município de Laranjal do Jari tem um povo que aspira por dias melhores. Tem um potencial excelente que espera ansioso ser desvelado e transformado. Se a maioria das pessoas deixou sua terra natal em busca de novos horizontes de dignidade e qualidade de vida, Laranjal do Jari as acolheu, tornando-se sua terra também” (ARAÚJO, 2002, p 24).

Houve no decorrer da execução da pesquisa e análise de dados, pontos positivos e negativos, como em todo trabalho científico e bibliográfico, na pesquisa de campo os quais impediram de prosseguir com nossos objetivos. Os pontos negativos que se observaram foram que muitas pessoas se negaram a ser entrevistadas e se recusaram a responder às perguntas dos questionários, e principalmente de tirar fotografias, por outro lado algumas foram muito solícitas. Os pontos positivos referentes à pesquisa bibliográfica e de campo contribuíram tanto para o nosso conhecimento acadêmico como na vida em sociedade, pois ao pesquisar o perfil socioeconômico das famílias do bairro Malvinas, pode-se observar, como as famílias tem se modificado ao longo dos anos, porém acredita-se que a família é a instituição responsável pela formação da identidade social do indivíduo, espera-se que ela possa ser dotada de instrumentos que permitam que as novas gerações tenham condições de receber os valores, normas e costumes necessários para uma intervenção saudável e promotora de bem-estar para o próprio indivíduo e para a ordem social.

6 REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos; **FERNANDES**, Aristóteles Viana. **Amapá produtivo: possibilidades e desafios do desenvolvimento do Estado**. T&C Amazônia, Ano VI, Número 14, Junho de 2008.

ARAÚJO, Daniel Ferreira de. **Levantamento das Potencialidades: Vocações e Vantagens Comparativas do Município de Laranjal do Jari**. SEBRAE/AP. Macapá/AP. 2002.

ARCOVERDE, Ana C. Brito. **A Família como Núcleo Socializador**. Disponível em <http://www.arcus.ufp.com/files/capfamnucsol.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2012.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1973.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Da Família Patriarcal à família contemporânea**. Disponível em: <http://www.censumar.br/pesquisa/periodicos/index.php>. Acesso em 03 de julho de 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

DINCÃO, Maria Ângela. **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1.

ENGELS, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. São Paulo: Editora Global, 1984.

FERREIRA, Regina Célia Martins. **Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana – Planejamento e políticas públicas**. Macapá. Universidade Federal do Amapá. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Recife - Pernambuco. 51ª edição, 2006, Global Editora.

KOLOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira, a base de tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2009. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1900&Itemid=229. Acesso em 27/01/14.

MARQUES, A. D.; **CUNHA**. A. C. **Valoração de danos socioeconômicos causados por inundação no Município de Laranjal do Jari-AP no ano de 2000**. XV Congresso Brasileiro de Meteorologia. Anais em CD ROM, São Paulo, SP. 2008.

NASCIMENTO, Arlindo Mello. **População e Família brasileira: ontem e hoje**. Disponível em [www.abep.nepo.unicamp.br/encontro_2006/ do CSPDL/ ABEP 2006 - 476](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro_2006/do_CSPDL/ABEP_2006_476). PDF/Acesso em 10/08/2012.

OLIVEIRA, Alzira Marques. **Indicadores de Vulnerabilidades e risco socioambiental para prevenção e mitigação de desastres naturais na Bacia do rio Jari**. Macapá: UNIFAP, 2011.

PADILHA, M.I.C.S.A Família em questão: uma abordagem histórico-contextual. Disponível em <HTTP://www.unifesp.br/dent/acta/1992/5-1-4/sum.htm>. Acesso em 04 de julho de 2012.

PICOLI, Fiorelo. Amazônia: do mel ao sangue - Os extremos da expansão capitalista. Sinop. Ed. Fiorelo, 2005.

PORTELLA, F.O; FRANCESHINI, I.S. Família e Aprendizagem uma relação necessária. 2ª ed. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI. Plano Diretor Participativo 2ª revista. Laranjal do Jari-AP: Publicação da Prefeitura de Laranjal do Jarí - AP.

PRIORE, Mary del. História das Crianças no Brasil. 2ª edição. Contexto. 2000.

RABELO, Benedito Vitor [ET...al] Laranjal do Jari. Realidades que devem ser conhecidas. Macapá: IEPA, 2004. JM Editora Gráfica. GEA. SETEC. IEP.

SARTI, Cyntia Ardersen. Parentesco e Família. Disponível em <http://conciencia.br/conciencia/index.http?section>. Acesso em 05 de julho de 2012.

SILVA, Flávia Mendes. Antigos e Novos Arranjos Familiares: Um estudo das famílias atendidas pelo Serviço Social. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/ANTIGOS20%E20%NOVOS20%ARRANJOS%20FAMILIARES>. Acesso em 10 de julho de 2012.

SINGLY, François de. Sociologia da Família Contemporânea. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

SUAVÉ, Gilles. Família, violência e pobreza. São Paulo: Editora Paulinas, 1999.

TORRE, M.B.L.D. O Homem e a Sociedade uma introdução à sociologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

WEREBE, M.J.G. Sexualidade, política e educação. Campinas-SP; Editora Autores Associados, 1998.

APÉNDICE

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DIRECIONADO ÀS FAMÍLIAS
RESIDENTES NO BAIRRO MALVINAS**

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA _____

SEXO: () F () M

ESTADO CIVIL:

() SOLTEIRO () UNIÃO ESTÁVEL () VIÚVO
() CASADO NO CIVIL () DIVORCIADO

TEMPO DE RELACIONAMENTO _____ **NÚMERO DE FILHOS** _____
JÁ TEVE OUTRO CASAMENTO _____
TEM FILHO (S) DE OUTRO RELACIONAMENTO _____

TEM RELIGIÃO:

() SIM, QUAL _____
() FREQUENTA AS CELEBRAÇÕES PRINCIPAIS SEMANALMENTE
() VAI EM DIAS ESPECIAIS (FESTAS RELIGIOSAS, CASAMENTOS,
BATIZADOS)
() TENHO RELIGIÃO, MAS ATUALMENTE NÃO FREQUENTO
() NÃO SOU ADEPTO DE NENHUMA RELIGIÃO.

VOCÊ SE CONSIDERA:

() AMARELO () AFRODESCENDENTE () BRANCO () INDÍGENA () PARDO

QUAL A SUA ESCOLARIDADE

() ENS.FUND.(OU1ºGRAU)
() ENSINO MÉDIO (OU2ºGRAU)
() ENSINO SUPERIOR
() PÓS-GRADUAÇÃO _____

ONDEVOCÊ ESTUDOU

() EM ESCOLAPÚBLICA
() EMESCOLAPARTICULAR
() PARTE EM ESCOLA PÚBLICA E PARTE EM PARTICULAR

QUAL SEU LOCAL DE NASCIMENTO? _____

CASO NÃO SEJA NASCIDO EM LARANJAL DO JARI QUAL É O SEU LOCAL DE ORIGEM?

VOCÊ RESIDIA NA: () ZONA URBANA () ZONA RURAL

QUAL SUA OCUPAÇÃO NO SEU LOCAL DE ORIGEM? _____

VOCÊ TRABALHA ATUALMENTE?

() NÃO () SIM ONDE? _____

EM QUE CONSISTE O SEU TRABALHO?

QUAL A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA? _____

QUEM É A PESSOA QUE MAIS CONTRIBUI COM A RENDA FAMILIAR?

() PAI;

() MÃE;

() OUTRA PESSOA. QUEM: _____

SUA FAMÍLIA PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU RECEBE ALGUM BENEFÍCIO SOCIAL?

() SIM () NÃO

EM CASO AFIRMATIVO, QUAL? _____

QUAL O VALOR DE BENEFÍCIO? _____

DIVIDE QUARTO COM ADULTOS

() SIM _____ () NÃO

DIVIDE QUARTO COM CRIANÇAS

() SIM _____ () NÃO

EM RELAÇÃO À MORADIA:

() PRÓPRIA

() FINANCIADA.

() CEDIDA

() ALUGADA.

TIPO DE MORADIA

() TAIPA () MADEIRA () ALVENARIA () OUTRO. QUAL? _____

LOCALIZAÇÃO DO TERRENO:

() TERRA FIRME () ÁREA DE VÁRZEA (ALAGADO) () RIBEIRINHO

() OUTRO. QUAL? _____

CONDIÇÕES DO LOGRADOURO DA RESIDÊNCIA:

() ASFALTO () TERRA () PASSARELA (PONTE)

() OUTRO. QUAL? _____

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

() POÇO ARTESIANO () POÇO RUDIMENTAR () CAESA () DIRETO DO RIO

() OUTRO. QUAL? _____

DESTINO DO LIXO

() ENTERRADO () QUEIMADO () CÉU ABERTO () COLETADO

() OUTRO. QUAL? _____

ESCOAMENTO SANITÁRIO

() DIRETO NO RIO () CÉU ABERTO () REDE PÚBLICA () FOSSA SÉPTICA

() FOSSA RUDIMENTAR () VALA

() OUTRO. QUAL? _____

TOMAM BANHO DE RIO?

SIM NÃO

QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA FAMÍLIA?

DESEMPREGO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DEFICIENTE OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA DEFICIENTE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA DEFICIENTE SERVIÇO DE TRANSPORTE DEFICIENTE EDUCAÇÃO PÚBLICA DEFICIENTE SEGURANÇA PÚBLICA DEFICIENTE POLUIÇÃO OUTRO. QUAL? _____